



CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

Manuel de Lemos, presidente do Secretariado Nacional da UMP Sessão de encerramento

Senhor Primeiro-Ministro

Senhores Membros do Governo

Senhores Deputados Federais da República Brasileira

Senhores Deputados

Ilustres Autoridades Presentes

Senhores Congressistas

Senhores Membros da Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Senhor Primeiro-Ministro,

As minhas primeiras palavras são para V. Ex^a, para lhe agradecer, mais uma vez, ter vindo ao nosso Congresso para comungar alguns momentos com estas mulheres e estes homens que, quotidianamente, se dedicam sobretudo a cooperar com o Estado na execução das políticas públicas sociais, em nome e sob a proteção deste movimento magnífico e pentasecular, que é o das Misericórdias Portuguesas.

As Misericórdias de Portugal são, seguramente, o maior e o mais fiável parceiro do Estado Português e, há mais de 500 anos, mesmo quando o Estado ainda não revestia a forma e estrutura de hoje, que assumia funções sociais e cuidava de idosos, doentes, proteção social básica, naturalmente segundo o estado da arte de então.

Essa cooperação assumiu, mesmo em tempos muito recentes, alguns aspetos notáveis e extraordinários, como os muitos que se sucederam durante a pandemia.



E, por isso, permita-me que, como fiz na sessão de abertura mais uma vez, preste homenagem a todos os que conosco cuidaram dos utentes, doentes e dos não doentes; sobretudo aos provedores e membros dos órgãos sociais, que tudo fizeram para que os danos fossem os mais controlados possíveis, e também a todos os trabalhadores (desde os mais qualificados aos menos qualificados) e que, quotidianamente, cuidaram de quem tinham de cuidar.

Sem omitir ou esquecer a cooperação quer com o Estado central, quer com muitas autarquias, que foram inexcedíveis nesse combate comum.

A este respeito permitam-me que justamente saliente a colaboração do Ministério da Segurança Social e Solidariedade quer ao nível da Sra. Ministra quer ao nível da esmagadora maioria dos centros distritais.

E, naturalmente por fim, aos que partiram e nos destroçaram, que perdurarão para sempre na nossa memória. A todos, repito, o meu agradecimento e a minha homenagem sentida!

Senhor Primeiro-Ministro,

Durante a pandemia, a comunicação social, primeiro, e praticamente todos, depois, começaram a utilizar a expressão “um novo normal”, querendo com isso designar o conjunto de procedimentos que a pandemia a todos coagia a adotar para o futuro.

É verdade que a pandemia passou (assim o entendeu a OMS), mas o “novo normal” permanece, não já em termos de máscaras, batas, limpeza intensiva de mãos, distanciamento físico, etc., mas em sede de reflexos/consequências económicas e sociais.

Na verdade, a pandemia tornou evidente para todos aquilo que todo o setor sabia, mas, de alguma forma, não conseguia exprimir. E o que não conseguíamos exprimir era centrar o problema da responsabilidade relativa das partes que pensam, decretam, regulamentam e implementam as políticas sociais em Portugal, versus os que a executam no terreno.

Neste caso concreto da execução das políticas sociais antes pensadas, decretadas e regulamentadas pelo Estado, então sim, este recorre às Instituições Particulares de



CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

Solidariedade Social, nas quais avultam pela sua dimensão, identidade e natureza, as Misericórdias.

Ora, se o Estado pensa, decreta, regulamenta, e implementa ao ritmo que entende, as políticas públicas sociais, então, Senhor Primeiro-Ministro, minhas senhoras e meus senhores, é o Estado que tem a responsabilidade de assegurar o real co-financiamento dessas políticas sociais.

Com a certeza que, com as Misericórdias, para igual qualidade, o custo para o Estado é significativamente menor do que a resposta pública! Até me apetecia sugerir que, de três em três anos, fizéssemos em conjunto com uma entidade independente esse exercício; ou seja, quanto custa o mesmo/ idêntico trabalho feito pelo Estado.

É por isso que sempre achei que, na questão da sustentabilidade das instituições, algo não batia certo na minha cabeça. E não batia certo na minha cabeça, porque o que estava e está verdadeiramente em causa, antes da sustentabilidade das Misericórdias, é a sustentabilidade das próprias políticas sociais do Estado Português.

Dito como exemplo de outra forma: o Estado quer ou não quer políticas de proteção a idosos que garantam a qualidade, a dignidade e a cidadania desses idosos? Se quer, e acredito piamente que quer, então cumpra o Pacto de Cooperação e aproxime-se do “valor equitativo” na comparticipação.

Vossa Excelência foi absolutamente determinante na revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e o setor está-lhe extremamente grato por essa opção política e pela sensibilidade que revelou. Mas, para cumprir o Pacto, para que essa opção política não fique a meio, temos que fixar anual e transparentemente os valores dos custos das respostas sociais.

E depois, acrescentar um vetor de correção em direção ao valor equitativo das tais respostas sociais que o Estado pensou, decretou, regulamentou e quer a parceria das Misericórdias para a sua execução no terreno, para que essas respostas possam ser sustentáveis.

As respostas e quem as executa! O caminho para o financiamento equitativo tem pois que ser acelerado, porque o problema é que, sem essa opção estratégica, no “novo normal”, as instituições não aguentam, Senhor Primeiro-Ministro!



E não aguentam porque os salários justamente subiram (e achamos fundamental e decisivo pagar mais e melhor aos nossos trabalhadores), porque os valores dos bens alimentares dispararam, porque a energia, os combustíveis, o gás e, sobretudo, o custo do dinheiro subiu de forma descontrolada.

Quero deixar claro que, como já percebeu, não estou a pôr em causa este ou aquele Governo, este ou aquele Ministro e, muito menos Vossa Excelência, por quem tenho uma enorme admiração e respeito, mas o Estado Português, independentemente de quem o governa, porque a raiz deste problema é muito mais antiga de que os governos que lidera.

Permita-me até que, a este propósito, lhe dê dois exemplos concretos:

O primeiro é o pré-escolar.

Há cerca de 30 anos, o Estado pediu ao setor que investisse no pré-escolar. E lá foram as Misericórdias a correr investir em jardins de infância (e há tantos e tão bonitos por esse país fora). Gastaram-se milhões.

Mas de repente, o Estado mudou de estratégia e deixou de apoiar o setor.

Sabe, Senhor Primeiro Ministro, há quantos anos o Estado não se preocupa com esta resposta em sede de financiamento para o setor?

Eu digo-lhe, mais de 10 anos!

Não há hoje, penso eu, nenhum jardim de infância que tenha resultados positivos.

Ora, quando perguntamos aos diferentes Ministros da Educação se os jardins são para fechar, a resposta é “nim”. E isso, conviremos os dois, não é nem resposta que se dê, nem que o Estado não assuma minimamente, nesta matéria, a sua responsabilidade.

Porque a realidade e a esperança perdida estão a empurrar o setor ou para um beco sem saída ou para o encerramento descontrolado.

O segundo é a gratuitidade das creches.

Portugal tem um problema evidente de natalidade e a medida da gratuitidade, é uma medida séria, consistente, responsável para inverter essa tendência, que nos aniquila como povo. Aliás, está-se a ver, como aumenta a procura! O setor está a



CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

responder bem e as Misericórdias estão na liderança dessa resposta, porque a Missão é nobre e o valor assumido para o ano letivo justo.

Aqui está um excelente exemplo da responsabilidade do Estado, que só será imperfeita se, por acaso, o Estado mudar de estratégia, sem avisar a tempo e horas.

Outra medida de saudar é a linha de crédito para o setor social.

Mas, as dificuldades do Banco de Fomento em se adaptar às especificidades do setor, recoloca claramente a necessidade da ideia da UMP de ser criada uma sociedade de garantia mútua para todo o setor social.

Como é de saudar, o aumento de financiamento anunciado de 20% pela Senhora Ministra Dr^a Ana Mendes Godinho para os projetos aprovados do PRR.

Mas esta semana, já uma Misericórdia do interior, que tem um lar dos anos 80 do século passado, me questionava angustiada sobre como fazer para se manter em funcionamento, porque a candidatura que tinha feito para responder em tempo ao aviso e que era inovadora em sede de adaptação, tinha sido “chumbada”, porque não estava na NUT certa.

Permita-me que recomende alguma atenção, porque assim nunca mais lá vamos, em sede de combate à desertificação do território. Temos que ter um programa, só é unicamente, para a remodelação dos lares, ainda que essa remodelação seja balizada no sentido de um novo paradigma de lar.

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Congressistas,

As Misericórdias Portuguesas confiam no Estado e o Estado, embora por vezes não pareça, confia nas Misericórdias, ambos parceiros de séculos, porque sabem que, só em conjunto, promoverão a coesão social e a qualidade de vida dos que protegem. Só ambos em conjunto poderão ajudar e cuidar das pessoas

Foi evidentiíssimo na Covid-19, mas, antes disso, foi e está a ser evidente na recuperação de listas de espera, nas altas hospitalares, em todo o pilar social dos direitos europeus, desde a infância e juventude, à deficiência e ao envelhecimento.

Sou dos que defendem que um parceiro do Estado, um parceiro penta secular, não pode, só porque a situação é difícil ser agente político contra o próprio parceiro.



Ainda por cima, se como é o caso, a democracia portuguesa tem instrumentos e locais próprios para esse debate político.

Não nos eximimos é de dizer com lealdade serenidade, com frontalidade, com educação e com rigor, o que está bem, o que está menos bem e o que está mal.

A UMP tem feito sempre esse percurso e sempre continuaremos a fazê-lo.

Por isso, não posso deixar de regressar à nossa magna carta, o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em que, repito, a participação de V. Ex^a foi decisiva e a importância que tem e terá para o setor; e que, nesse sentido, solicite ao Senhor Primeiro-Ministro uma especial atenção para aproveitar a negociação do Compromisso para o ano de 2023/2024, para se reiniciar um financiamento do setor social, sustentado e previsível enquanto prosseguir a marcha para a participação equitativa das respostas sociais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A realidade portuguesa é muito específica quando a comparamos com o restante quadro europeu.

Particularmente, a realidade do nosso envelhecimento preocupa-me desde logo, vista a necessidade de adotarmos um novo paradigma para o serviço de apoio domiciliário, até porque já começou a chegar à velhice a geração do baby boomer (que tem naturalmente exigências diferentes), porque é urgente evoluir no modo como acolhemos as pessoas nos lares/ERPI, que se estão a transformar, na prática, em unidades de cuidados continuados, e promover a inovação em respostas sociais, vendo como se comportam em Portugal experiências do tipo do co-housing e o assisted living, que promovam melhor a tão falada articulação entre a saúde e a segurança social.

Temos que ponderar muito bem para onde vamos e como vamos. Quero reafirmar aqui os trabalhos sobre envelhecimento que a UMP tem desenvolvido e que, aparentemente, não têm sido valorizados como deviam.

Em matéria de habitação, quero dizer-lhe que faz todo o sentido que os portugueses tenham acesso a uma habitação digna, a preços controlados e justos e que, por isso



CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

também, estamos a trabalhar com a Senhora Ministra da Habitação para, rapidamente, chegarmos a um protocolo seguro e justo.

Li num jornal que “nos últimos 10 anos, mudou tudo à nossa volta, menos a nossa maneira de pensar”.

O ideal das Misericórdias, de solidariedade e amor ao próximo, atravessa transversalmente o pensamento europeu, que está no cerne do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Para quem tenha dúvidas o ideal da Visitação, de serviço está bem presente na JMJ quando cita S. Lucas: "Maria levantou-se e saiu apressadamente".

As Misericórdias sempre lideraram a mudança, porque têm conseguido ser responsáveis, competentes, exigentes e, sobretudo, flexíveis.

E essa tem sido, a meu ver e da equipa que lidero, a principal razão para a sua sobrevivência e atualidade.

Ora, numa Europa que se quer social, a União das Misericórdias Portuguesas entende que a estratégia comum das Misericórdias e de todo o setor da economia social deve ir no sentido da Confederação Portuguesa de Economia Social, assumindo-se como efetivo parceiro social, integrar também a Comissão Permanente de Concertação Social e ajudar Portugal a ser um país mais moderno, mais coeso, mais justo e onde valha a pena viver.

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Congressistas,

Caros Convidados,

Termino como comecei.

A agradecer por terem vindo ao nosso Congresso comungar das nossas preocupações, mas também dos nossos projetos e das nossas realizações.

Muito particularmente a si, Senhor Primeiro-Ministro, pela sua presença que dá testemunho do interesse do Estado e concretamente deste Governo com o setor.

Aos Senhores Congressistas, que permitiram, com a vossa presença, tornar este Congresso efetivo e para quem ele foi feito.



CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

Tenho a certeza que, no regresso a casa, estarão mais fortes e que refletirão sobre o que aqui se ouviu e disse.

Aos participantes nos painéis, todos personalidades de excepcional qualidade e que acrescentaram valor e qualidade ao Congresso.

Aos nossos patrocinadores que nos ajudaram a tornar possível este evento.

À Comissão Organizadora, que foi inextinguível de dedicação e a quem se deve o mérito da complexa logística envolvida

Às Misericórdias, como organizações que celebram a vida e que acabam sempre por ver o copo meio cheio. Por isso resistimos nos séculos; por isso, continuamos impescindíveis; porque as Misericórdias de Portugal estão vivas e disponíveis para continuarem a servir.

Repito o que disse anteontem ao Senhor Presidente da República:

Conte connosco.

Conte com as Misericórdias de Portugal.

Vivam as Misericórdias!

Viva Portugal!